COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 24.05.2005
COM(2005) 204 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, PARLAMENTO EUROPEU, COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E COMITÉ DAS REGIÕES

Acelerar a transição da radiodifusão analógica para a digital

{SEC(2005)661}

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, PARLAMENTO EUROPEU, COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E COMITÉ DAS REGIÕES

Acelerar a transição da radiodifusão analógica para a digital

(Texto relevante para efeitos do EEE)

ÍNDICE

1. Resumo 3
2. Introdução 5
3. O processo de transição nos Estados-Membros 6
4. Realizar os benefícios do processo de transição 7
5. A dimensão europeia 9
6. CONCLUSÃO 11

1. RESUMO

A presente Comunicação tem por base a Comunicação de 2003 relativa à transição da radiodifusão analógica para a digital ("da transição para o digital ao fim do analógico")[1] e, tendo em conta os planos de transição dos Estados-Membros[2], publicados no âmbito do plano de acção *eEurope*, e o parecer recente do Grupo para a Política do Espectro de Radiofrequências[3], propõe um prazo para o fim da radiodifusão analógica terrestre em toda a UE.

A mudança para o sistema digital será um estímulo à inovação e ao crescimento do mercado dos equipa´mentos de consumo e contribuirá para a realização da agenda de Lisboa renovada. Entre as vantagens que a radiodifusão digital trará para os consumidores[4] incluem-se a melhor qualidade de imagem e som, a melhor recepção portátil e móvel, o maior número de canais de TV e rádio e melhores serviços de informação[5]. Uma vantagem económica importante é a capacidade de espectro adicional libertada com o fim da televisão terrestre analógica, dado que a televisão digital é significativamente mais eficiente do que a analógica na utilização do espectro. Existe assim a oportunidade única de se reutilizar uma das partes mais valiosas do espectro de radiofrequências para a oferta de serviços convergentes, combinando telefonia móvel e radiodifusão terrestre, e para outros novos serviços de comunicações electrónicas transfronteiras e pan-europeus. Quanto mais cedo se iniciar a transição da radiodifusão analógica para a digital a nível nacional e quanto mais curto for o período de transição, mais depressa se colherão os referidos benefícios.

A coordenação dos planos de transição dos Estados-Membros é, neste momento, fraca ou inexistente. Dos Estados-Membros que anunciaram uma data para o fim da radiodifusão analógica, um primeiro grupo planeia fazê-lo, no máximo, até 2010 e um segundo grupo até 2012. Os benefícios económicos e sociais para toda a UE apenas serão integralmente atingidos depois de todos os Estados-Membros terem definitivamente concluído a transição. A Comissão propõe, por conseguinte, que se acorde no estabelecimento do início de 2012 para o fim da radiodifusão analógica em todos os Estados-Membros. Os Estados-Membros que ainda não anunciaram as datas finais deverão publicar, até ao final de 2005, planos que indiquem de que modo tencionam concluir a transição até ao início de 2012.

No que respeita ao espectro libertado com o fim da televisão terrestre analógica, os planos dos Estados-Membros nessa matéria devem ser suficientemente flexíveis para permitir a introdução de outros serviços de comunicações electrónicas para além dos serviços de radiodifusão digital. Parte do espectro ganho deverá ser disponibilizada para os serviços pan-europeus; esta questão deve ser avaliada regularmente à luz da evolução tecnológica, regulamentar e do mercado. Os Estados-Membros precisam de manter flexibilidade suficiente nesta matéria nas negociações internacionais em curso sobre o espectro.

---

1 COM(2003) 541, ver http://europa.eu.int/information_society/topics/ecomm/doc/useful_information/library/communic_reports/switchover/acte_en_vf.pdf

2 Os planos de transição dos Estados-Membros encontram-se publicados no sítio Web Europa em http://europa.eu.int/information_society/topics/ecomm/highlights/current_spotlights/switchover/national_swo_plans/index_en.htm

3 Ver http://rspg.groups.eu.int/doc/documents/meeting/rspg5/rspg04_55_opinion_digit_switchover.pdf

4 Ao longo de todo o documento, radiodifusão digital significa radiodifusão digital transmitida por todas as redes possíveis (por exemplo, terrestre, cabo, satélite, DSL)

5 Estas vantagens são, na sua maioria – mas não todas – comuns à digitalização de todas as redes.

O documento de trabalho dos serviços da Comissão apenso à Comunicação aborda a questão das melhores práticas no que respeita às estratégias de informação dos consumidores, aos aspectos do financiamento e aos aspectos da capacidade nas redes com obrigações de transporte, e a situação da rádio digital.

2. INTRODUÇÃO

Em Setembro de 2003, a Comissão publicou uma Comunicação sobre a transição da radiodifusão analógica para a digital ("da transição para o digital ao fim do analógico")[6], que expôs os benefícios da mudança para a televisão digital, analisou diversas orientações políticas e iniciou o debate sobre as orientações políticas da UE quanto à quantidade e às futuras utilizações do espectro eventualmente libertado com o fim da transmissão analógica de televisão terrestre[7]. Em Novembro, o Grupo para a Política do Espectro de Radiofrequências (GPER) publicou um parecer sobre as implicações em termos de espectro da transição para a radiodifusão terrestre digital[8].

A posição desenvolvida na presente Comunicação tem por base uma análise dos planos de transição dos Estados-Membros publicados no âmbito do plano de acção *eEurope*[9], e o parecer do GPER. A Comunicação baseia-se também nos resultados de estudos encomendados pelos serviços da Comissão sobre a comercialização e a liberalização do espectro[10] e sobre a gestão do espectro no domínio da radiodifusão[11].

A presente Comunicação é acompanhada por um documento de trabalho dos serviços da Comissão (SEC(2005)661, que apresenta mais elementos sobre os planos de transição nos diversos Estados-Membros e as implicações na planificação do espectro, no financiamento e na rádio digital.

Os prestadores de serviços de transmissão de radiodifusão ou já mudaram para a transmissão digital ou tencionam concretizar essa mudança num futuro próximo[12]. Do lado da procura, sempre que têm possibilidade de escolha, os utilizadores adoptam cada vez mais a transmissão digital, abandonando a transmissão analógica. Em resultado destas tendências do lado da oferta e da procura, no Reino Unido a radiodifusão digital já atingiu uma quota de mercado de 57% e é de prever que, até ao início de 2010, a Europa enverede predominantemente pela transmissão digital e que a transmissão analógica tenha por essa altura uma importância menor e sempre cada vez mais reduzida.

---

6 Ver nota 1

7 Em toda a Comunicação e salvo indicação em contrário, o termo "fim" significa o fim da transmissão terrestre de televisão analógica. No entanto, o termo "transição" refere-se à transição da radiodifusão analógica para a digital em todas as redes, incluindo as terrestres, de cabo, de satélites e DSL.

8 Ver nota 3.

9 Ver nota 2.

10 Ver "Study on conditions and options in introducing secondary trading of radio spectrum in the European Community" em http://europa.eu.int/information_society/topics/radio_spectrum/useful_info/studies/secondtrad_study/index_en.htm

11 Ver "Study on Spectrum Management in the field of Broadcasting" em http://europa.eu.int/information_society/topics/ecomm/doc/useful_information/library/studies_ext_consult/spectrum_mgmt_bc_dswo/final_report_v3.pdf

12 Desde a década de 80, nenhum dos novos operadores de radiodifusão entrados no mercado europeu recorre à tecnologia analógica. Os novos intervenientes, como os prestadores de serviços por satélite ou DSL, utilizam exclusivamente a transmissão digital.

3. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO NOS ESTADOS-MEMBROS

A consulta pública levada a cabo pelo GPER revelou serem os seguintes os principais obstáculos a uma transição rápida:

– Na arena política: ausência de decisões políticas, nomeadamente em matéria de fim definitivo das transmissões analógicas a nível nacional, ou decisões políticas no sentido do não estabelecimento de datas para o fim dessas transmissões, a par da inexistência de uma abordagem e de uma política europeias;

– Na arena económica/mercado: necessidade de uma ampla base instalada de receptores; fraca procura por parte dos consumidores devido à falta de incentivos à mudança (valor acrescentado não perceptível, custo dos receptores, etc.); relutância dos operadores em investirem devido aos riscos financeiros.

A análise dos planos de transição dos Estados-Membros permitiu à Comissão identificar uma série de factores que contribuem para o êxito de uma política de transição:

1) O processo de transição deve ser ditado pelo mercado, mas, ao mesmo tempo, é necessária uma **coordenação entre as empresas de radiodifusão** para uma implementação técnica e comercial suave (por exemplo, horários compatíveis). Os Estados-Membros que não só deixam a iniciativa ao mercado, mas também apostam numa acção clara por parte das autoridades públicas para coordenar as empresas de radiodifusão são geralmente os primeiros a iniciar o processo de adopção e de transição. Uma característica importante da coordenação é o acordo quanto ao calendário para as diferentes etapas. Esse acordo dará maior segurança aos intervenientes no mercado que fornecem produtos e serviços digitais, encorajando-os, por conseguinte, a estimular a procura. Os processos de transição nacionais têm, pois, a ganhar com uma coordenação bem focalizada de todos os intervenientes relevantes. Uma transição rápida traz benefícios imediatos para os Estados-Membros em que se processa.

2) Outro factor crucial para o êxito do processo de transição nacional é a existência de uma **estratégia eficaz de informação dos consumidores** sobre os programas disponíveis nas plataformas digitais e sobre o equipamento necessário para os receber. A transição para o digital também tem potencial para contribuir para melhor servir as necessidade específicas das pessoas deficientes, devendo prestar-se atenção à inclusão de requisitos de acessibilidade na interface do utilizador, como, por exemplo, guias electrónicos de programas e receptores.

As melhores práticas no que respeita às estratégias de informação dos consumidores, extraídas dos planos de transição nacionais, são apresentadas no capítulo B 1. do documento de trabalho dos serviços da Comissão apenso à presente Comunicação; as implicações no planeamento do espectro são explicadas no capítulo B 2.; no capítulo B 3., faz-se a análise de alguns aspectos financeiros da transição; nos capítulos B 4. e B 5., são focados os aspectos da capacidade nas redes com obrigações de transporte e a situação da rádio digital.

Os planos de transição centram-se actualmente sobretudo nas plataformas terrestres. O princípio da neutralidade tecnológica consagrado no quadro regulamentar comunitário significa que a regulamentação não deve nem impor nem favorecer a utilização de um determinado tipo de tecnologia, mas não obsta a que um Estado-Membro tome medidas proporcionadas para

promover tecnologias específicas para a transmissão de televisão digital como meio de aumentar a eficiência na utilização do espectro[13]. A Comissão recorda, no entanto, que a transição para a televisão digital é um processo que engloba várias redes, modelos comerciais e serviços[14] e que qualquer tratamento diferenciado dos intervenientes no mercado ou das plataformas tem de ser justificado.

4. REALIZAR OS BENEFÍCIOS DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO

Em relação à televisão analógica, a televisão digital oferece aos consumidores as seguintes vantagens: maiores possibilidades de escolha, devido à oferta de maior número de canais de televisão e rádio; maior impacto e realismo para o espectador, graças à possibilidade de desfrutar de melhor qualidade de imagem e som; maior flexibilidade, graças a uma melhor recepção portátil e móvel; e melhores serviços de informação, que induzem uma maior participação graças à interactividade. Estas vantagens resultam principalmente da possibilidade de processar e comprimir os dados digitais, utilizando a capacidade de rede de um modo muito mais eficiente do que com os sinais analógicos.

A transição para o digital pode também contribuir para servir melhor as necessidades específicas das pessoas de idade ou deficientes ao fornecer serviços assistenciais, como melhor legendagem, comentários áudio e sinalética. Deve haver o cuidado de incluir requisitos de acessibilidade na interface do utilizador, como nos guias electrónicos de programas e nos receptores.

Além disso, a transição para o digital implica uma redução dos futuros custos de transmissão para os operadores de redes de radiodifusão, constituindo ainda uma oportunidade para aumentar as vendas de equipamentos de recepção digitais e facilitar o armazenamento e o processamento de conteúdos. O mercado europeu dos receptores de TV digital (descodificadores separados ou integrados nos televisores) está estimado em cerca de 20 milhões de unidades por ano. Estes efeitos podem contribuir consideravelmente para o crescimento e o emprego nos mercados das TIC.

Outro importante benefício da transição é a **capacidade de espectro libertada**, em particular com o fim da televisão terrestre analógica. Segundo as informações fornecidas pelos Estados-Membros nos seus planos nacionais de transição, estima-se que a televisão digital terrestre é 3 a 6 vezes mais eficiente na sua utilização do espectro do que a televisão analógica terrestre[15]. Abrem-se assim oportunidades importantes de reutilização de uma das partes mais valiosas do espectro de radiofrequências[16]. Eis algumas das possibilidades:

– **Novos serviços ou serviços aperfeiçoados de radiodifusão**, como programação mais diversificada, introdução de melhoramentos nos programas, melhor qualidade de

---

13 Ver Considerando 18 da Directiva-quadro e nota 16.

14 Ver nota 1.

15 Ver também nota 3 para mais pormenores sobre o modo de calcular o espectro ganho. O ganho de eficiência da tecnologia digital em relação à analógica é ainda mais elevado no que respeita à transmissão por cabo e por satélite.

16 Devido às características de propagação no espectro actualmente atribuído à radiodifusão terrestre, esta parcela do espectro pode igualmente ser utilizada para uma ampla gama de serviços sem fios e móveis, como comunicações individuais (voz, som, imagens em movimento), dado que o sinal passa através dos edifícios, pode ser recebido em movimento e não é necessário qualquer linha de visão entre o emissor e o receptor. Para a transmissão do sinal no espectro actualmente atribuído à radiodifusão por satélite, é necessária, porém, uma linha de visão e o sinal não passa através dos edifícios, o que limita consideravelmente a gama de eventuais aplicações alternativas nessa parte do espectro.

imagem, incluindo características como o ecrã largo e a televisão de alta definição, melhor qualidade áudio, serviços de dados e interactivos, televisão pessoal e móvel; estes serviços podem contribuir para a realização de objectivos de interesse geral, como a diversidade cultural e o pluralismo dos *media*; além disso, os novos serviços podem melhorar o acesso das pessoas com deficiências;

– **Serviços convergentes que combinam características da telefonia móvel e da radiodifusão terrestre**, como a "radiodifusão de dados" para recepção móvel. Numa sociedade "móvel", há uma procura sempre crescente de informação móvel e de disponibilidade e acesso permanentes, em qualquer local, de todas as espécies de *media* e serviços. Há dúvidas sobre a possibilidade de essa procura ser satisfeita apenas pelos serviços de comunicações móveis, pelo que uma combinação de comunicações móveis e radiodifusão é uma abordagem possível[17]. O desenvolvimento e a experimentação de tais serviços no espectro disponibilizado pelo fim das transmissões analógicas cria um potencial de inovação considerável[18]. Além disso, os operadores de comunicações móveis tradicionais procuram recursos de rádio em bandas de frequências mais baixas do que as utilizadas hoje para garantir uma cobertura geográfica total a níveis de investimento proporcionados;

– **Outros novos serviços de comunicações electrónicas** diferentes dos serviços fixos e móveis actualmente oferecidos, como as redes locais sem fios (WLAN) e as redes metropolitanas sem fios (WMAN). Prevê-se que o êxito das redes locais sem fios que funcionam em bandas não licenciadas faça aumentar a pressão para que sejam libertadas mais radiofrequências não licenciadas como meio de incentivar a inovação e encorajar tecnologias radicalmente novas que desafiem os serviços existentes.

A eventual chegada de novos intervenientes em todos estes domínios a diferentes níveis da cadeia de valor, como por exemplo novas empresas de radiodifusão ou criadores de aplicações interactivas, contribuirá para aumentar a concorrência no mercado e a inovação, ou a concorrência entre operadores de redes de comunicações electrónicas alternativos.

Estas vantagens, porém, estão em grande medida associadas à fase final de um processo de transição bem sucedido, ou seja, o fim da radiodifusão analógica. Durante o período transitório, a mudança para o digital pode agravar temporariamente a escassez de capacidade (e, em particular, de radiofrequências), na medida em que as emissões analógicas e digitais vão coexistir ("simulcast"). Por conseguinte, a duração do período de transição é crucial, especialmente em áreas em que o espaço de radiofrequências já se encontra superlotado. Em contrapartida, existem outras áreas em que o espectro que lhes foi reservado se encontra já neste momento subaproveitado.

Tanto o calendário como a duração do período de transição são factores determinantes. **Quanto mais cedo se iniciar o processo de transição para o digital e quanto mais curto for o período de transição, mais depressa se colherão os benefícios atrás descritos**. A aceitação pelo público e a sua compreensão dos benefícios da televisão digital serão importantes para acelerar o processo, assim como será importante a sua compreensão dos benefícios adicionais que será

---

[17] Actualmente, alguns intervenientes realçam o facto de a radiodifusão digital poder ser mais eficiente do que as comunicações móveis na entrega de certos conteúdos a uma vasta audiência.

[18] As fases iniciais de desenvolvimento oferecem a oportunidade de conceber tecnologias e serviços de um modo que evite os obstáculos ao acesso para as pessoas com deficiências.

possível obter com o fim da televisão terrestre analógica e a conversão total das redes de cabo[19]. Os preços de retalho dos descodificadores para receptores digitais baixaram desde a primeira Comunicação da Comissão sobre a transição para o digital. O preço dos televisores com descodificador integrado também baixou. O preço dos equipamentos de televisão digital está, por conseguinte, a deixar de ser um problema para a maioria dos cidadãos.

Atendendo ao potencial das bandas de radiofrequências libertadas com o fim da televisão terrestre analógica para serviços novos e inovadores, será também importante não impor condicionalismos indevidos à reutilização dessas bandas. Os planos dos Estados-Membros em termos de utilização do espectro deverão ser suficientemente flexíveis para permitir a introdução futura de outros serviços de comunicações electrónicas, para além dos serviços de radiodifusão digital. **Uma medida essencial a defender pela UE e os seus Estados-Membros na Conferência Regional de Radiocomunicações em 2006 (RRC06) e na Conferência Mundial de Radiocomunicações em 2007 (WRC07) é a manutenção da possibilidade de utilização flexível das ex-bandas da televisão analógica.** Embora tenha de haver flexibilidade na *reserva*, não é necessário decidir nesta fase o modo como o espectro ganho poderá ser *atribuído* a cada utilizador. No capítulo B 2. do documento de trabalho dos serviços da Comissão apenso à presente Comunicação, podem encontrar-se mais elementos sobre as implicações da mudança para o digital no planeamento das radiofrequências.

Acrescente-se ainda que o êxito da transição para o digital será maior caso haja uma concorrência efectiva a nível dos serviços de radiodifusão digital. Para que os utilizadores finais possam colher os máximos benefícios da mudança para o digital, as autoridades reguladoras nacionais devem garantir que as empresas com poder de mercado significativo nos mercados da radiodifusão digital[20] estejam sujeitas a determinadas obrigações, em conformidade com o artigo 16.º da Directiva-Quadro.

5. A DIMENSÃO EUROPEIA

Para além das vantagens a nível nacional, a aceleração do processo de transição pode reforçar os efeitos de aprendizagem e promover os exemplos positivos em todos os Estados-Membros. Muitas das **novas tecnologias e serviços dependem da formação de uma massa crítica de utilizadores a nível europeu e tornam-se mais atraentes com o aumento da base instalada de tecnologia na Europa**.

Uma das preocupações dos intervenientes no mercado é a possibilidade de o desenvolvimento de novos serviços poder ser dificultado pelas diferenças de implementação entre os vários países europeus. Desejam, nomeadamente, um enquadramento jurídico seguro no que respeita ao espectro para transmissões terrestres que venha a ser disponibilizado e a redução dos obstáculos causados pelas fronteiras nacionais.

A aceleração do processo de transição a nível dos Estados-Membros e uma abordagem comum quanto ao período de transição e à data para o fim das transmissões analógicas facilitariam e tornariam mais rápida a mudança na Europa. O GPER sugere que se ponha à consideração dos

---

[19] A migração da televisão por satélite do sistema analógico para o digital já se encontra bastante avançada, tendo-se já conseguido libertar radiofrequências (ganho de espectro).

[20] Ver mercado 18 no Anexo à Recomendação da Comissão de 11 de Fevereiro de 2003 relativa aos mercados relevantes de produtos e serviços. http://europa.eu.int/information_society/topics/ecomm/doc/useful_information/library/recomm_guidelines/relevant_markets/i_11420030508en00450049.pdf

Estados-Membros um número reduzido de diferentes calendários e que se estude a possibilidade de estabelecer uma data comum para o fim do processo de transição[21].

As radiofrequências para os serviços pan-europeus e muitos serviços transfronteiras, como os serviços de informações de tráfego e de gestão de frotas, as comunicações móveis e a radiodifusão de dados, apenas estarão disponíveis à escala europeia depois do fim do analógico em todos os Estados-Membros. Algumas aplicações transfronteiras poderão, todavia, ser lançadas mais cedo nos Estados-Membros que já tenham concluído o processo de transição. Há, pois, motivos para promover a aceleração dos processos de transição a nível nacional e para procurar acordar numa data-limite para o fim da radiodifusão analógica em todos os Estados-Membros. Essa aceleração e o estabelecimento de um prazo, aplicável a toda a UE, para o processo de transição contribuirão para eliminar a actual fragmentação dos mercados europeus da televisão digital. Será assim possível para os intervenientes europeus concorrerem com os restantes interessados a nível mundial em todas as partes da cadeia de valor da televisão digital. Esse facto terá consequências económicas positivas evidentes[22] (exportações, receitas provenientes dos *royalties*, melhor posição no que respeita aos DPI (direitos de propriedade intelectual) e GDD (gestão dos direitos digitais), competitividade a nível dos conteúdos, etc.).

O ritmo a que a Europa no seu conjunto pode avançar estará dependente, por um lado, da velocidade dos processos de transição a nível nacional e, por outro, do ritmo seguido nos Estados-Membros mais lentos. A elevada potência dos emissores de televisão analógica e a sensibilidade dos receptores domésticos analógicos às interferências são factores que contribuem para que o simples prosseguimento limitado dos serviços analógicos nuns tantos Estados-Membros condicione a introdução de novos serviços. **Qualquer eventual reafectação a nível nacional de espectro disponível dependerá, pois, inevitavelmente, do número de países vizinhos que já puseram fim às transmissões analógicas e apenas será totalmente exequível a nível europeu depois da total cessação da radiodifusão analógica dentro das fronteiras da UE e nos países vizinhos [23].**

Nos Estados Unidos, a FCC planeia actualmente pôr fim à radiodifusão televisiva analógica terrestre e reatribuir, até 1 de Janeiro de 2009, as radiofrequências libertadas. Conforme recentemente anunciado, será tomada, em 2005, uma decisão vinculativa sobre o prazo para a conclusão da transição para a televisão digital[24]. A Coreia anunciou o fim da radiodifusão terrestre analógica até ao final de 2010, o Japão até 2011.

Com base em informações disponibilizadas aos serviços da Comissão, foi elaborada a seguinte "tabela classificativa" relativa ao fim da televisão terrestre analógica nos Estados-Membros.

Grupo	*Estados-Membros*
A (fim do analógico: final de 2010 ou mais	**AU**, **DE**, **ES, FI**, **IT**, **MT**, **SE**

21 Ver nota 3

22 e constribuirá também para a realização dos objectivos de Lisboa : competitividade e crescimento. Ver http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/ec/00100-r1.en0.htm

23 Ver referência na nota 3.

24 Discurso do Presidente da FCC, Michael Powell, na mostra de electrónica de consumo em Las Vegas, em 6 de Janeiro de 2005.

cedo)	
B (fim do analógico: final de 2012 ou mais cedo)	**BE**[25]**, EL**, **SI**, **SK**, **UK, HU**

Os Estados-Membros não incluídos nesta lista devem ainda comunicar os seus planos ou não indicaram ainda uma data para o fim da radiodifusão analógica a nível nacional.

Perante a diversidade de abordagens e os diferentes graus de avanço nos vários Estados-Membros, a Comissão reconhece não ser realista a fixação de uma data para o fim do analógico em toda a UE a respeitar obrigatoriamente por todos os Estados-Membros. No entanto, considerando as vantagens de uma abordagem europeia coordenada para a transição, a Comissão propõe **que se acorde** num calendário comum **para a transição para a televisão terrestre digital e o fim da televisão terrestre analógica**. A maioria dos Estados-Membros que já decidiram uma data para o fim da televisão analógica fixou-a em 2010 ou mais cedo. Seis outros estebeleceram como limite 2012. Nestas circunstâncias, a Comissão prevê que, **até ao início de 2010, o processo de transição esteja bastante avançado em toda a UE, e propõe o estabelecimento de um prazo – até ao início de 2012 – para o fim da radiodifusão analógica em todos os Estados-Membros da UE**.

6. CONCLUSÃO

A transição para a radiodifusão digital pode oferecer aos consumidores melhores serviços de radiodifusão e uma variedade de novos serviços que ultrapassam as possibilidades da radiodifusão tradicional; as tecnologias digitais permitem também responder mais cabalmente às necessidades das pessoas com deficiências. A nível dos Estados-Membros, a transição traz benefícios imediatos. Há margem para acelerar os processos de transição nacionais, para que tais benefícios se estendam à generalidade dos países da UE.

Nalgumas zonas geográficas, o processo de transição para a TV digital terrestre já se encontra concluído, tendo cessado as emissões terrestres analógicas. Alguns Estados-Membros tencionam concluir o processo nacional de transição para a radiodifusão digital terrestre nos próximos anos. A Comissão espera que, **até ao início de 2010, o processo de transição esteja bem avançado em toda a UE** e propõe **o estabelecimento de um prazo – até ao início de 2012 – para o fim da radiodifusão analógica em todos os Estados-Membros da UE.** É necessária flexibilidade para garantir que as radiofrequências actualmente utilizadas para a radiodifusão terrestre analógica sejam reutilizadas de um modo que permita à sociedade e à economia retirar dessa operação o máximo valor. Devem ser consideradas todas as potenciais aplicações que utilizem essas frequências, devendo os procedimentos de reserva e atribuição garantir um acesso equitativo a todos os eventuais utilizadores. A disponibilidade de uma parte do espectro ganho a nível da UE facilitará a aceitação de novos serviços e aplicações pan-europeus e caberá à Comissão examinar a viabilidade de uma abordagem coordenada.

[25] Na Flandres